


| | | | |
|---|--|---|--|
|  | ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO | | |
| | Proposto por: Equipe da Assessoria de Planejamento e Orçamento (ASPLO) | Analisado por: Assessor III da Assessoria de Planejamento e Orçamento (ASPLO) | Aprovado por: Diretor da Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF) |

IMPORTANTE: sempre verifique no [site do TJRJ](#) se a versão impressa do documento está atualizada.

1. OBJETIVO

Estabelecer critérios e procedimentos para elaborar o Plano Plurianual (PPA) e monitorar sua execução.

2. CAMPO DE APLICAÇÃO E VIGÊNCIA

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica à Assessoria de Planejamento e Orçamento da Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF/ASPLO), bem como provê orientações a servidores das demais unidades organizacionais (UOs) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), cuja atividade exercida tenha interface com este processo de trabalho, e passa a vigorar a partir de 29/09/2020.

3. DEFINIÇÕES

| TERMO | DEFINIÇÃO |
|--------------------|---|
| Ação | <p>Operação ou conjunto de operações que mobiliza recursos (humanos, financeiros, tecnológicos, políticos) e resulta na entrega de um produto (bem ou serviço) à sociedade ou ao Estado.</p> <p>São iniciativas a serem realizadas para o enfrentamento das causas de um determinado problema, que contribuirão para superá-los, por meio da sua articulação e integração com as demais intervenções previstas no programa.</p> |
| Ação Finalística | Integra as ações orçamentárias na estrutura de programação do PPA por expressarem iniciativas vinculadas a projetos ou atividades. |
| Ação Orçamentária | Organiza as ações de governo no nível operacional, onde são alocados e executados recursos orçamentários. |
| Ações Operacionais | Conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo Tribunal de Justiça consideradas relevantes pela abrangência, complexidade, geração de resultados e impacto orçamentário financeiro, geralmente, associadas à atividade finalística. |

| | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 1 de 15 |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

| TERMO | DEFINIÇÃO |
|---------------------------------------|--|
| Atributo | Conjunto de informações que conferem à Estrutura da Programação Orçamentária características próprias, permitindo melhor identificação dos elementos contemplados no orçamento-programa. |
| Ciclo de Gestão do PPA | Conjunto de eventos integrados compreendendo os processos de elaboração da programação, implementação, monitoramento, avaliação e revisão anual. |
| Documento de Pactuação | Consolida a programação do PPA do Poder Judiciário que será objeto de análise por parte do Poder Executivo antes do lançamento da proposta definitiva no Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (SIPLAG). |
| Dotação Orçamentária | Importância destinada ao atendimento das despesas, fixada e consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA) ou em crédito adicional, estabelecida por unidade orçamentária, fonte de recursos, programa de trabalho e natureza da despesa. |
| Estrutura da Programação | Classificação orçamentária que resulta em um sistema codificado, o qual representa uma padronização de informações que demonstram a aplicação e a destinação dos recursos. Organizada em programas de trabalho, ações orçamentárias finalísticas (compostas por projetos e atividades) e outros elementos que constituem os atributos e se relacionam com os objetivos planejados. |
| Fonte de Recursos (FR) | Constitui-se na origem ou procedência dos recursos arrecadados, cuja classificação atende a uma determinada regra de destinação legal, que serve para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias. |
| Função | Maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público. Em geral, essa associação está voltada à principal área de atuação do órgão ou entidade responsável pela realização da ação. |
| Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) | Instrumento que orienta a elaboração do orçamento anual, estabelecendo as metas e as prioridades da Administração Pública. |
| Lei Orçamentária Anual (LOA) | Lei que consolida o orçamento anual do Estado do Rio de Janeiro e estabelece as receitas e as despesas. |
| Macro-objetivo | Expressa as diretrizes e linhas gerais para as ações planejadas pela Administração. |

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

| TERMO | DEFINIÇÃO |
|---|--|
| Pasta Eletrônica | Contempla planilhas eletrônicas, bem como documentos referentes à elaboração, revisão anual e prestação de contas quadrimestral. É armazenada em servidores com espaço de memória disponibilizados na rede, pela Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC), no diretório da ASPLO. |
| Plano Plurianual (PPA) | Instrumento de planejamento governamental que institui, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública para o período de quatro anos. |
| Produto | Bem ou serviço final, entregue à sociedade ou ao Estado, resultante da ação de um programa. Deve expressar adequadamente o bem ou serviço que efetivamente será entregue e ser compatível com a finalidade da ação à qual está vinculado. |
| Programa de Trabalho (PT) | Contempla conjunto de projetos e/ou atividades que identificam as ações a serem realizadas pelas unidades orçamentárias. Resulta da estrutura de classificação codificada (funcional programática) que tem por finalidade promover a transparência da aplicação dos recursos, permitindo uma detalhada visualização orçamentária. |
| Projeto Estratégico | Conjunto de operações limitadas no tempo, cujo objetivo a ser alcançado é considerado estratégico em função de sua relevância, abrangência, complexidade, geração de resultados e impacto orçamentário financeiro. |
| Público-alvo | Especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual (is) o programa se destina e que se beneficia(m) direta e legitimamente com sua execução. São os grupos de pessoas, comunidades, instituições ou setores que serão alcançados diretamente pelas ações e pelos resultados do programa. |
| Regionalização | Dimensão territorial utilizada na formulação da programação que espelha a distribuição das ações planejadas. |
| Relatório de Acompanhamento do PPA | Apresenta a realização das ações em relação às metas físicas e financeiras previstas no PPA. |
| Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (SIPLAG) | Ferramenta disponibilizada pela <u>Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)</u> para inserção dos dados referentes ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Proposta Orçamentária bem como à Movimentação Orçamentária. |
| <u>Sistema Eletrônico de Informações (SEI)</u> | <u>Sistema informatizado de produção, gestão de documentos e controle de processos administrativos eletrônicos no PJERJ.</u> |

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

| TERMO | DEFINIÇÃO |
|---|--|
| Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE Rio) | Ferramenta disponibilizada pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (SEFAZ) para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo do Estado do Rio de Janeiro, englobando os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público. |
| Subfunção | Elemento que compõe a função. Visa a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público, além de identificar a natureza básica e a especificidade das ações que se aglutinam em torno das funções. |
| Unidade de Planejamento (UP) | O órgão ou entidade responsável pelo planejamento e realização da ação e dos seus produtos. |
| Unidade Orçamentária (UO) | Cada uma das unidades do órgão ou Poder, para o qual a Lei Orçamentária Anual (LOA) consigna dotações orçamentárias próprias. |

4. REFERÊNCIAS

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (arts. 74, 99, 100 e 165 a 169);
- Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989 (arts. 209 a 213);
- Lei Complementar nº 101/2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;
- Lei Federal nº 4.320/1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- Lei Estadual nº 287/1.979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Lei Estadual nº 2.524/1.996 - Cria o Fundo Especial do Tribunal de Justiça – FETJ, e dá outras providências;

| | | | |
|---|--------------------------|----------------|--------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 4 de 15 |
|---|--------------------------|----------------|--------------------|

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

- Lei Estadual nº 2.836/1.997 - Altera os artigos 2º e 3º, da Lei nº 2.524, de 22 de janeiro de 1996, que criou o Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Lei nº 8.730/20 - institui o Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro – PPA o período de 2020 - 2023;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Lei Estadual nº 3.217/1.999 – Transfere os valores percentuais de que tratam os artigos 19 e 20 da Lei nº 713, de 26 de dezembro de 1983, para o Fundo Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – FETJ;
- Decreto Estadual nº 41.126/2.008 – Aprova a classificação e a codificação das receitas e despesas orçamentárias, e dá outras providências.

5. RESPONSABILIDADES GERAIS

| FUNÇÃO | RESPONSABILIDADE |
|---|---|
| Diretor da Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF) | <ul style="list-style-type: none">• Coordenar e aprovar o documento de pactuação a ser encaminhado à <u>Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUBPLO)</u>. |
| Assessores da Assessoria de Planejamento e Orçamento da Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF/ASPLO) | <ul style="list-style-type: none">• Alinhar os projetos do plano estratégico ao PPA;• compatibilizar as ações operacionais ao PPA;• consolidar o documento de pactuação e encaminhá-lo à <u>SUBPLO</u>;• consolidar em um único documento a estrutura da programação do PPA com a Proposta Orçamentária do Poder Judiciário;• inserir no SIPLAG as informações referentes ao PPA e as prioridades da LDO;• consultar, diariamente, o Diário Oficial Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, sessões do Poder Legislativo e do Poder Executivo; |

| | | | |
|---|--------------------------|----------------|--------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 5 de 15 |
|---|--------------------------|----------------|--------------------|

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

| FUNÇÃO | RESPONSABILIDADE |
|--------|--|
| | <ul style="list-style-type: none">revisar quadrimestralmente o PPA no SIPLAG;participar do treinamento e das reuniões técnicas realizadas pela <u>SUBPLO</u>. |

6. CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1** O Plano Plurianual (PPA) é instrumento estratégico de planejamento que contempla objetivos e metas físicas e financeiras, identificados por produtos, ações e programas, os quais serão alvo dos esforços do Poder no seu período de vigência.
- 6.2** O PPA tem duração de 4 anos, iniciando-se a vigência no ano subsequente ao da diplomação do Governador do Estado do Rio de Janeiro, com atualização por ocasião da elaboração do orçamento anual e acompanhamento quadrimestral em relação à execução das metas físicas e financeiras.
- 6.3** A revisão anual do Plano Plurianual é parte importante do ciclo de gestão do PPA, tendo por objetivo a adequação do planejamento para os exercícios subsequentes ao ano do plano em curso.
- 6.3.1** Na etapa da revisão anual, a figura da programação é o ponto central do processo de aperfeiçoamento da execução das ações de governo. É a partir da reavaliação da formulação dos programas inicialmente previstos que se dá a revisão do PPA. A atualização do planejamento permite o alinhamento dos objetivos às diretrizes do Poder Judiciário e contribui para realização das iniciativas almejadas. Não é esperada uma reformulação geral da programação, mas sim um realinhamento para adequar o PPA a novas realidades, como mudanças no cenário fiscal e econômico e nas prioridades do governo.
- 6.4** Cada revisão anual subsidiará a posterior, alimentando sistematicamente o ciclo nos quatro anos de vigência do PPA.
- 6.5** O controle quadrimestral das ações do PPA consiste na apresentação da execução física e financeira da programação planejada, possibilitando monitoramento do desenvolvimento dos projetos e atividades, e tornando mais ágil e transparente a

| | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 6 de 15 |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|

verificação da eficácia no cumprimento das metas pré-estabelecidas e objetivos alcançados.

7. ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL

- 7.1** A ASPLO identifica no Diário Oficial do Poder Executivo a publicação do decreto que dispõe sobre a elaboração e acompanhamento do PPA e outros atos relativos à matéria, bem como os prazos para definição das prioridades da programação do PPA que constarão da LDO.
- 7.2** Participa, com os órgãos/poderes/entidades setoriais, do treinamento para elaboração do PPA, realizado pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUBPLO).
- 7.3** Promove reuniões técnicas com a equipe para, a partir da análise da programação do PPA do ano em curso, avaliar a metodologia a ser aplicada ao novo PPA e definir a estrutura da programação.
- 7.4** Estabelece os macro-objetivos para o período de quatro anos, onde são detalhadas as diretrizes, delineadas as metas a serem alcançadas e os programas de trabalho que as concretizarão.
- 7.5** Delineadas as metas, define os objetivos que orientarão a atuação do Poder Judiciário para o quadriênio a partir da análise dos projetos estratégicos aprovados pela Instituição, e dos investimentos previstos para o período de vigência do PPA, avaliando quais estão alinhados à metodologia finalística do Plano Plurianual.
- 7.6** Avalia a capacidade orçamentária e fiscal para consecução das ações finalísticas planejadas, considerando a evolução das despesas e das receitas, com vistas a possibilitar a execução da programação do PPA e a compatibilização com a proposta orçamentária.
- 7.7** Vincula os objetivos à estrutura de programação, incluindo a ação orçamentária e o produto correspondente.

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

- 7.8** Inicia as definições para os atributos da estrutura da programação (programa de trabalho, ação orçamentária e produto) que são consignados no Documento de Pactuação a ser encaminhado ao Poder Executivo.
- 7.9** Define como atributos do programa de trabalho: título, problema/oportunidade, justificativa, público-alvo, objetivo, estratégia de implementação, fundamentação legal, a unidade gestora do programa, bem como as datas de início e término.
- 7.10** Define como atributos da ação orçamentária: título (oficial e resumido), finalidade, justificativa, descrição, fundamentação legal, tipo de ação e programa ao qual a ação é vinculada, unidade de planejamento, unidade orçamentária, função, subfunção, produtos associados e datas de início e término.
- 7.11** Define como atributos do produto: título, categoria, unidade de medida, forma de totalização das metas do produto e ações associadas ao produto.
- 7.12** Detalhados os principais atributos da programação, a ASPLO indica a regionalização das metas para os produtos definidos com esse atributo, propiciando o acompanhamento da distribuição das ações de governo.
- 7.13** Concluída a regionalização, inicia a etapa de avaliação quantitativa, na qual são estabelecidas as metas físicas e projetadas, as metas financeiras para cada ano, vinculando-as ao produto, à ação, à fonte de recursos e à unidade de planejamento.
- 7.14** Consolida o planejamento e o conteúdo da programação no Documento de Pactuação, formalizando seu envio à SUBPLO, por meio eletrônico.
- 7.15** Aguarda a análise da SUBPLO sobre o Documento de Pactuação.
- 7.16** Analisado sem ressalvas, a ASPLO procede à inclusão da estrutura da programação do PPA, no sistema SIPLAG.
- 7.17** Analisado com ressalvas, a ASPLO efetua os ajustes necessários recomendados e procede à inclusão da estrutura de programação do PPA, no sistema SIPLAG.

| | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 8 de 15 |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

- 7.18** Arquivo a documentação na pasta eletrônica para utilização na elaboração da Proposta Orçamentária, momento em que o planejamento da programação do PPA deve ser associado às ações orçamentárias, a fim de ter assegurada sua execução.
- 7.19** Consolida a estrutura da programação do Plano Plurianual com a Proposta Orçamentária, a fim de ser encaminhado um único documento, mediante processo administrativo eletrônico via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou por *e-mail*, ao Gabinete da Presidência (GABPRES).
- 7.20** A ASPLO ou o GABPRES gera processo administrativo eletrônico, pelo SEI, o qual será, posteriormente, remetido ao Presidente do Tribunal de Justiça para autorização da inclusão em pauta de julgamento do Órgão Especial.
- 7.21** A estrutura da programação do PPA, com a Proposta Orçamentária, é submetida à aprovação em sessão do Órgão Especial.
- 7.22** Aprovada a estrutura da programação do PPA sem ressalvas, a ASPLO confirma o lançamento no sistema SIPLAG, encerrando a atividade referente ao PPA.
- 7.23** Aprovada a estrutura da programação do PPA com ressalvas, a ASPLO efetua os ajustes apropriados e, se necessário, procede às retificações no sistema SIPLAG e encerra a atividade referente ao PPA.
- 7.24** Elabora os ofícios que serão posteriormente encaminhados, via SEI, pela Presidência do Tribunal de Justiça, ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Chefe do Poder Executivo, com cópia do documento consolidado contendo a estrutura da programação do PPA e a Proposta Orçamentária.
- 7.25** Mantém em pasta eletrônica a estrutura programática do PPA, assim como toda a documentação que orientou sua elaboração, possibilitando futuras consultas por ocasião da revisão quadrimestral, para elaboração dos relatórios de prestação de contas das ações realizadas e para atualizações anuais no momento da elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário.
- 7.26** Em etapa seguinte, define quais itens da programação do PPA aprovado deverão ser associados como prioridades e, por conseguinte, consignados na LDO.

| | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 9 de 15 |
|--|---------------------------------|-----------------------|---------------------------|

7.27 Promove no SIPLAG as associações das prioridades por unidade orçamentária nos níveis de programa de trabalho, ação ou produto, encerrando a atividade referente à LDO.

8. REVISAR ANUALMENTE O PLANO PLURIANUAL

8.1 A ASPLO identifica no Diário Oficial do Poder Executivo a publicação do decreto que dispõe sobre a revisão da programação do Plano Plurianual, outros atos relativos à matéria, bem como os prazos para definição das prioridades da programação do PPA que constarão da LDO.

8.2 A ASPLO recebe da SUBPLO os relatórios com as informações do PPA em curso.

8.3 Promove reuniões técnicas para análise da programação do PPA em curso, avaliando a execução dos programas e ações visando a verificar a necessidade de realinhamento da programação aos objetivos de governo, frente a mudanças conjunturais e institucionais.

8.4 A avaliação de realinhamento considera a programação do PPA para os exercícios subsequentes ao ano do PPA em curso, sendo possível inclusões e exclusões em quaisquer itens que componham a Estrutura da Programação, inclusive em relação às metas financeiras e físicas, com a respectiva regionalização.

8.5 Em caso de realinhamento da programação, a ASPLO elabora a minuta do Documento de Pactuação, conceituando os atributos para cada item modificado e consolidando a programação.

8.5.1 Submete a minuta do Documento de Pactuação à apreciação da DGPCF.

8.5.1.1 Aprovado sem ressalvas, formaliza seu envio ao Poder Executivo, por *e-mail*, inserindo os dados no SIPLAG, e encerra a atividade referente à revisão anual.

8.5.1.2 Aprovado com ressalvas, procede aos ajustes necessários no Documento de Pactuação, formaliza seu envio ao Poder Executivo, por *e-mail*, inserindo os dados no SIPLAG, e encerra a atividade referente à revisão anual.

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

- 8.6** Não havendo necessidade de realinhamento da programação, avalia se as metas financeiras e/ou físicas (com as respectivas regionalizações) precisam ser alteradas e, em caso positivo, lança no sistema SIPLAG as referidas informações, encerrando a atividade referente à revisão anual.
- 8.7** Registra as alterações dos itens 8.4 a 8.6 em arquivos eletrônicos para posterior compatibilização com a Proposta Orçamentária.
- 8.8** Aberta a etapa de lançamento dos itens de programação que são associados às prioridades definidas para a LDO, insere as informações pertinentes no sistema SIPLAG e encerra a atividade referente à revisão anual.

9. PRESTAR CONTAS DA EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL

- 9.1** A ASPLO identifica no Diário Oficial do Poder Executivo a publicação da resolução que institui a agenda de eventos para a revisão quadrimestral do Plano Plurianual, bem como todos os atos relativos à matéria.
- 9.2** Solicita, se necessário, às unidades organizacionais e/ou ao Departamento de Gestão Estratégica e Planejamento do Gabinete da Presidência (GABPRES/DEGEP), por *e-mail*, as informações inerentes à execução quadrimestral das metas físicas e/ou financeiras correspondentes aos produtos das ações incluídas no PPA.
- 9.3** Processa e formata as informações quadrimestrais recebidas, referentes às metas físicas e/ou financeiras, analisando, sempre que possível, mediante a comparação com o cronograma estabelecido para os projetos estratégicos, o relatório de acompanhamento do Plano de Ação Governamental (PAG), bem como as planilhas da ASPLO e relatório dos valores liquidados consignados no SIAFE Rio.
- 9.4** Lança no sistema SIPLAG os valores executados das metas físicas e financeiras e encerra a atividade no sistema referente à execução quadrimestral.
- 9.5** Salva o arquivo eletrônico contendo os lançamentos efetuados no sistema SIPLAG, na pasta eletrônica apropriada.

| | | | |
|--|---------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 11 de 15 |
|--|---------------------------------|-----------------------|----------------------------|

ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

9.6 A ASPLO acompanha, no *site* do Executivo, a publicação da Revisão Quadrimestral consolidada.

9.7 Constatada a divulgação, a ASPLO providencia a publicação, no Portal da Transparência, da parte específica referente à Revisão Quadrimestral do Tribunal de Justiça.

10. GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTADA

10.1 As informações deste processo de trabalho são geridas pela UO e mantidas em seu arquivo corrente, de acordo com a tabela de gestão da informação documentada apresentada a seguir:

| IDENTIFICAÇÃO | CÓDIGO CCD* | RESPON-SÁVEL | ACESSO | ARMAZE-NAMENTO | RECU-PERAÇÃO | PROTEÇÃO | RETENÇÃO (ARQUIVO CORRENTE - PRAZO DE GUARDA NA UO**) | DISPOSIÇÃO |
|---------------|-------------|--------------|------------|------------------|---------------|-----------------------|---|-----------------|
| PPA | 0-5-1-1-1a | ASPLO | Irrestrito | Servidor (DGTEC) | <i>Backup</i> | Condições apropriadas | 8 anos | DGCOM/ DEGEA*** |

Legenda:

*CCD = Código de Classificação de Documentos.

**UO = Unidade Organizacional.

*** DGCOM/DEGEA = Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento.

Notas:

- Eliminação na UO – procedimentos – Organizar os Arquivos Correntes das Unidades Organizacionais.
- DGCOM/DEGEA – procedimentos – Arquivar e Desarquivar Documentos no DEGEA; Avaliar, Selecionar e Destinar os Documentos do Arquivo Intermediário e Gerir Arquivo Permanente.
- Os registros lançados no Sistema Corporativo são realizados por pessoas autorizadas e recuperados na UO. O armazenamento, a proteção e o descarte desses registros cabem à DGTEC, conforme RAD-DGTEC-021 – Elaborar e Manter Rotinas de Armazenamento de Segurança dos Bancos de Dados e Servidores de Aplicação.

11. ANEXOS

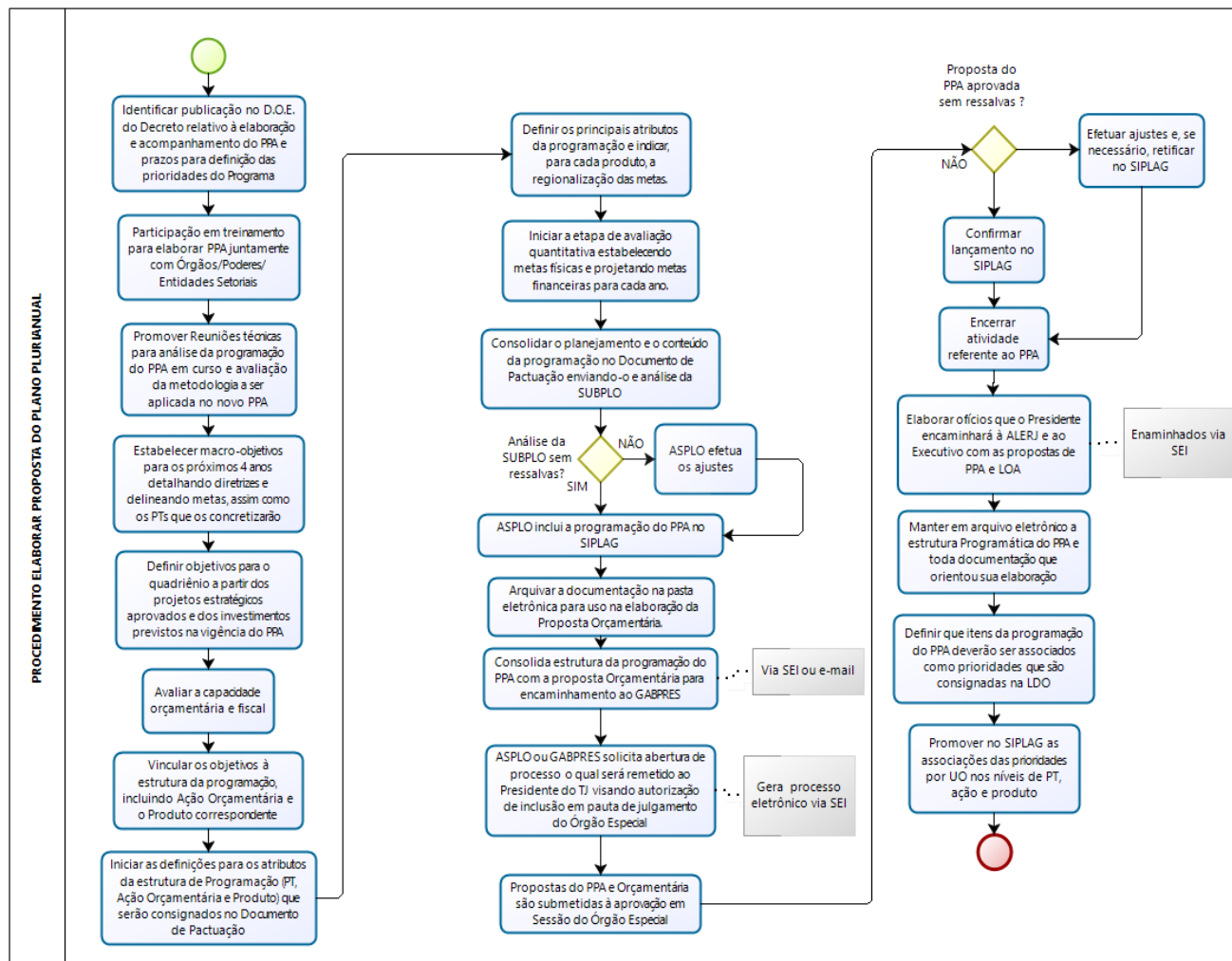
- Anexo 1 – Fluxograma do Procedimento Elaborar Proposta do Plano Plurianual;
- Anexo 2 – Fluxograma do Procedimento Revisar Anualmente o Plano Plurianual;
- Anexo 3- Fluxograma do Procedimento Prestar Contas da Execução Quadrimestral.

=====

| | | | |
|---|--------------------------|----------------|---------------------|
| Base Normativa Ato Executivo nº 2.950/2003 | Código: RAD-DGPCF-046 | Revisão: 10 | Página: 12 de 15 |
|---|--------------------------|----------------|---------------------|

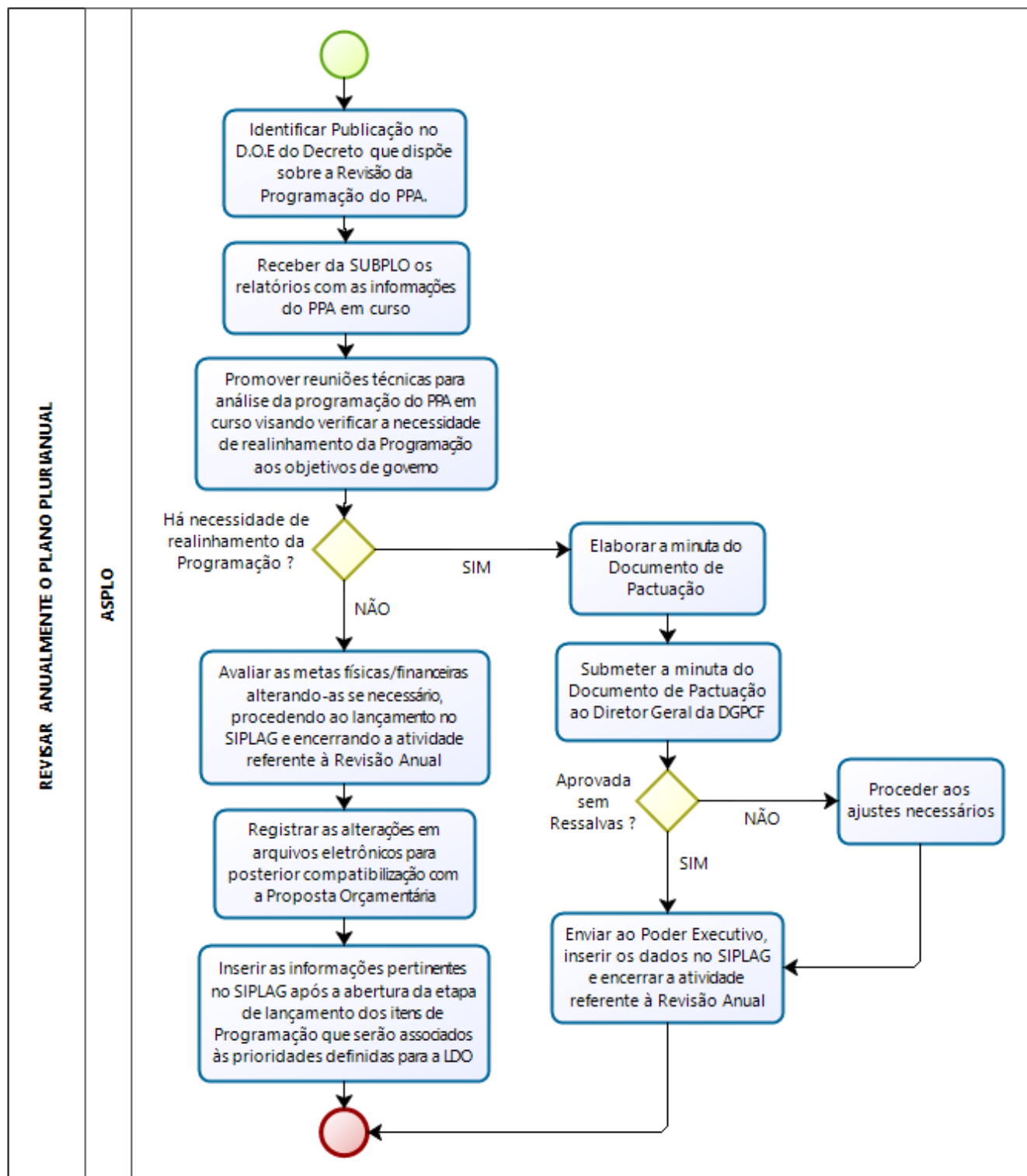
ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

ANEXO 1 – FLUXOGRAMA DO PROCEDIMENTO ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL



ELABORAR PROPOSTA DO PLANO PLURIANUAL E MONITORAR SUA EXECUÇÃO

ANEXO 2 – FLUXOGRAMA DO PROCEDIMENTO REVISAR ANUALMENTE O PLANO PLURIANUAL



ANEXO 3 – FLUXOGRAMA DO PROCEDIMENTO PRESTAR CONTAS DA EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL

